

Tivemos o grato privilégio de visitar, convidado que fomos especialmente pelo Missionário Manoel de Mello, o "Maior Templo Evangélico do Mundo", para sentir, como nunca ocorreria antes, a realidade diferente que é ver uma multidão de mais de vinte mil almas, reunidas em local especificamente construído para esse fim, prestar culto a Deus em Espírito e em Verdade. Juntamente com o Deputado Estadual Ezequias Losso e nossas esposas, integramos uma caravana de cerca de trezentas pessoas, membros da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", que vieram especialmente de Curitiba, sob a liderança incontestante do Pastor Jahyr Ditttrich, que foi na ocasião um dos pregadores. Da caravana também fizeram parte o conjunto musical "Som de Paz", o Coral da União Feminina Pentecostal, o Coral da Igreja e a Banda da Igreja do bairro Boqueirão, além de inúmeros cantores e cantoras sacros, que se apresentaram com grande entusiasmo e brilhantismo em memoráveis cultos de adoração, merecendo por isso os acalorados aplausos da multidão presente. Como nós, dezenas de milhares de outros fiéis, de todas as partes do Brasil e de muitos países do mundo, também sentimos a mesma emoção, em cada um dos dias do mês de julho próximo passado. Ali estiveram, entre outras personalidades, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns acompanhado de ilustres Bispos de sua sede religiosa; o Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Rev. Philippe Potter, metodista que representa naquele organismo alguns milhões de cristãos de várias denominações evangélicas espalhadas nos cinco continentes do mundo inteiro, acompanhado de quase toda a diretoria, sediada em Genebra, na Suíça (e do qual faz parte, com mais outras cinco denominações evangélicas brasileiras, a Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", sendo que o Missionário Manoel de Mello é um dos Diretores mundiais da entidade); todos os dirigentes nacionais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, uma das maiores denominações evangélicas do nosso País; pastores, presbíteros, evangelistas e obreiros de praticamente todas as igrejas brasileiras, liderando caravanas intermináveis que foram render graças a Deus pela inauguração do grande templo!

Ao registrar o singular e significativo evento, Sr. Presidente, reitero o que já afirmei: não teria sido possível essa esplêndida realização sem a operação de um autêntico milagre. O que aconteceu, entretanto, prova, mais uma vez que o homem, com Deus, é sempre uma força, é maioria; e Deus, quando pode contar com o homem, realiza grandes coisas, próprias de sua essência!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil vive momentos difíceis, reflexos das crises internacionais do petróleo. Já são do conhecimento de todos as dificuldades com que nos defrontamos nos variados setores da vida nacional.

Nossa preocupação hoje é ainda maior, quando nos defrontamos com os costumeiros e malévolos boatos de uma minoria radical, que procura, de forma antipatriótica, agravar pequenos problemas, que tomam contornos preocupantes. Ontem, boatos correram soltos de que os postos de gasolina não funcionariam a partir de hoje e que igualmente estariam fechados os bancos, faltaríamos alimentos nos supermercados em Brasília.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a quem beneficiariam tais boatos? Somente às minorias radicais, que procuram, de todas as formas, atrapalhar o programa da abertura democrática neste País, tão bem iniciado pelo Presidente João Figueiredo, que, com a ajuda de todos os bons brasileiros, será levado adiante, queiram ou não queiram essas minorias.

Haveremos de continuar lutando contra aqueles que, com terrorismo e propagandas boateiras, desejam conturbar a ordem social.

Respeitaremos sempre o direito de greve, quando esta for justa e legal.

Os grevistas que continuem lutando pelos seus legítimos direitos, porém não permitam a infiltração de setores estranhos aos seus meios, desvirtuando os seus legítimos anseios e colocando suas reais reivindicações num clima de dúvidas e suspeição.

Respeitemos a lei e a ordem, dando às nossas famílias tranquilidade e segurança, para que consigam o que mais desejam: paz social.

Lembramos, neste instante, a todos os brasileiros: o nosso direito termina onde começa o do próximo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BEZERRA DE MELLO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a sanção de lei do Poder Executivo, ocorrida a 17 de dezembro de 1978, agora regulamentada através da Lei n.º 6.615, em vigor desde 19 de março do ano em curso, aguardando, a esta altura, aprovação por parte do Presidente João Figueiredo, foram beneficiados mais

de 70 mil radialistas, que, por larga época, se empenharam na mais ardorosa luta no sentido de que fossem legitimados os seus direitos.

Solidário, como sempre fui, com os homens de comunicação, participo também desta vitória, pelo trabalho que pude desenvolver de modo a que esta marcante reivindicação fosse plenamente atendida, pois reconheço o papel notável desempenhado pelos radialistas — e igualmente pelos jornalistas na estafante missão de informar e formar as correntes de opinião pública do País.

Profissionais que atuam em circunstâncias tantas vezes exaustivas, os radialistas vêm prestando à Pátria e ao povo os serviços mais relevantes, quase sempre esquecidos pelo próprio Poder Público, à falta de uma real avaliação das tarefas desdobradas por estes incansáveis profissionais.

Se a tarefa da comunicação apresenta alto e significativo poder expressional; se o rádio é fator decisivo para a consolidação da unidade nacional; se eles se impõem, na verdade, como colaboradores definidos no âmbito da segurança do País, a nós outros, homens públicos, é atribuído o indeclinável dever de festejar o êxito que conquistaram, em longa e indormida batalha.

O rádio — pela velocidade da ação que realiza no ar — vem caracterizar-se, inocultavelmente, como fator de civilização, porque, a cada dia que passa, os radialistas escrevem e difundem verdadeiros capítulos, que vêm compor o espírito da história moderna, sendo de assinalar-se, com merecido relevo, o aspecto de que estes bravos trabalhadores da radiofonia sentem a obrigação irrecusável de manter o País ligado à intimidade dos fatos que inevitavelmente ocorrem e devem ser conhecidos por toda a Nação.

Incansáveis mensageiros da notícia, ou obstinados técnicos de jornalismo, que usam o espaço da Pátria para unir Governo e povo, os radialistas, já habituados a confundir o dia com a noite, souberam fundar um verdadeiro sacerdócio de imprensa, pensando sempre mais na sorte da nacionalidade do que em si mesmos.

Cobrinco este continente brasileiro — expresso em 8.500.000 quilômetros quadrados — 70 mil radialistas mantêm a República sintonizada com a sua época, porque, se rádio não houvesse, viveríamos, infelizmente, dentro das fronteiras de uma nação afônica, convertendo-nos à condição de uma simplória expressão geográfica, isolada e melancólica.

Venho saudar os radialistas brasileiros pelo triunfo que obtiveram, na mesma ocasião em que devo exaltar o labor que desempenham, como autênticos missionários da idade tecnológica mundial.

Obviamente, a regulamentação do importante diploma legal veio trazer, na garantia da sua legitimidade, a convicção de que os radialistas brasileiros podem agora desdobrar a sua peregrinação cívica, em defesa dos princípios éticos que regem a vida do povo, revitalizando as próprias pilstras que sustentam o arcabouço político da nacionalidade.

É o que tinha a dizer.

O SR. EDGARD AMORIM (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na segunda-feira passada, dia 13, juntamente com outros Parlamentares do MDB, acompanhei o Presidente Ulysses Guimarães na visita aos 14 presos políticos no Rio de Janeiro, hoje no 26.º dia de sua greve de fome. Nós os encontramos tranquilos e confiantes em que, com esse recurso extremo, estão contribuindo para a luta das forças de oposições, pela democracia e pela liberdade. Foi-nos dito por eles que a sua greve de fome não tem sentido de pressão ao Congresso como um todo, mas, sim, de apoio aos que defendem a anistia ampla, geral e irrestrita e a redemocratização plena. "Não visamos — acrescentaram — com o nosso movimento, simplesmente sair daqui, mas ter condições de, lá fora, lutar pela democracia, com liberdade, com as mesmas condições de todo o povo brasileiro."

Fica, assim, claro, que a greve de fome dos presos políticos se insere no clamor nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita e na denúncia da iniquidade e da injustiça da anistia parcial proposta pelo Governo, quando dela exclui os presos políticos. Como diz nosso Tristão de Athayde ("Jornal do Brasil", 2-8-79), "o que torna iníqua em si mesma essa exclusão é que fere profundamente as bases de todo Estado de Direito."

Quando da tramitação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional do MDB, que consubstanciava a anistia ampla, o então Relator na Comissão Mista, Deputado Ernani Satyro — o mesmo que hoje relata o projeto do Governo — sustentou que a anistia viria e só excluiria os que praticaram crimes de sangue. Ora, não é isto que distingue o crime político do crime comum. É ainda o nosso Tristão de Athayde (artigo citado) quem esclarece:

"São os fins e não os meios que distinguem os crimes políticos dos crimes comuns. Mas, como os fins não justificam

cam os meios, o que também distingue uns dos outros é que nos crimes comuns os meios são intencionalmente utilizados. Enquanto nos crimes políticos os meios são acidentais e não intencionais. Nos crimes comuns, existe a intenção de matar, de roubar, de estuprar, de seqüestrar, de corromper, e assim por diante. Os meios, nesses casos, são indissociáveis dos fins. Ao passo que, nos crimes políticos, os meios são perfeitamente distintos dos fins. Eles surgem na medida em que os fins não são alcançados. Em geral, de modo inopinado e não desejado por quem os emprega. São impostos pelas circunstâncias e, quanto possível, evitados. Nesses crimes, os meios são fruto do momento, da paixão, das circunstâncias, da reação. Ao fim mais elevado, então, pode corresponder um meio moralmente indefensável em si e em total desacordo com o fim almejado."

O próprio projeto de anistia do Governo, prossegue, "justifica a finalidade política de atos cometidos contra a legalidade vigente. Logo, justifica a finalidade desses atos, que visavam subverter as instituições existentes, ao tempo em que foram cometidos. Isto é, instituições que os seus próprios defensores chamam de excepcionais, junto de determinadas circunstâncias, a juízo dos seus promotores e beneficiários". Tanto isto é verdade que a discriminação do projeto, neste ponto, não se dá entre os chamados crimes de sangue e os crimes políticos, pois anistia mesmo pessoas que, no conceito do Governo, estiveram envolvidas no que chama de crime de sangue, desde que não tenham sido condenadas através de sentença transitada em julgado. Mas exclui outras, às vezes, envolvidas nos mesmos atos que aquelas, simplesmente porque já foram condenadas. Ficam, assim, patente a injustiça, a iniquidade e a falta de sustentação, mesmo do ponto de vista do Governo, desta discriminação, que há de ser corrigida pelo Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, nesta oportunidade, queria secundar aqui as palavras do nobre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do meu partido, o MDB, quando, após aquela visita, em entrevista à imprensa, afirmou que, se algo de trágico acontecer a qualquer dos presos políticos em greve de fome, o Governo assumirá gravíssima responsabilidade perante a Nação e perante a humanidade. Igual responsabilidade assumirá se insistir no seu projeto discriminatório, iníquo, parcial e injusto.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a imprensa noticia a disposição do Governo de decretar estado de emergência para conter o movimento reivindicatório do povo com as greves que se realizam em vários pontos do Brasil. É importante que se diga neste instante que a repressão, a prisão e o espancamento não matam a fome. O Governo não pode, de forma nenhuma, solucionar o problema com o uso, mais uma vez, de medidas arbitrárias e antidemocráticas. Se o Governo tem força, a primeira providência que deve tomar no sentido de conter os lucros exorbitantes, extraordinários, dos famosos grupos multinacionais que aí estão, dos banqueiros, que a cada dia mais aumentam o seu capital, dos famosos grupos que atuam no campo por meio das grandes empresas expulsando ou matando o posseiro, como aconteceu em muitas partes do País, principalmente na Região Amazônica, com os capangas que formam a polícia particular dos grandes grileiros.

O Governo, Sr. Presidente, tem de convencer-se de que o problema é sério. O que há hoje é uma preocupação generalizada, o desespero da população brasileira, que não tem realmente como se sustentar, porque o salário fixado pelas autoridades não dá sequer para matar a fome. A greve é do desespero, da fome, sem arbitrariedade, sem polícia, sem arma de fogo, sem tortura. Não é com estado de emergência nem tampouco com a aplicação das chamadas leis da ditadura que o Governo porá fim a este estado de coisas. A solução tem que ser de base, com uma modificação no modelo econômico concentrador, injusto, que empobrece a maioria esmagadora do nosso povo e facilita o enriquecimento de uma meia dúzia de privilegiados, com a cobertura do próprio Governo. Como acreditar num Governo, Sr. Presidente, que, como já disse o Deputado Ulysses Guimarães, é o vídeo-tape dos Governos anteriores, ainda mais agora, com a nomeação do Sr. Delfim Netto, o homem que exigiu o sacrifício do trabalhador com o arrocho salarial, o homem que manipulou, em 1973, através da Fundação Getúlio Vargas, o índice oficial da inflação, anunciando-o menor do que era, o que veio trazer transtorno ainda maior para os trabalhadores que tiveram os seus salários reajustados de acordo com a inflação oficial, muito diferente da real. O povo não pode crer, Sr. Presidente, num homem que aí está para defender um sistema econômico injusto, prepotente. Por isso estamos aqui, neste instante, para dizer que o Governo tem condições de resolver o problema. Basta que contenha o lucro exagerado das multinacionais, dos banqueiros, das grandes firmas internacionais e divida a riqueza com aquele que a produz, com o trabalhador. Não é na base do cassete, da prisão ou da arma de fogo, tampouco com a aplicação de leis injustas, que a solução social virá. Poderá conter as reivindicações num determinado instante. Mas

a sociedade brasileira exige do Governo a reformulação deste sistema econômico injusto instalado no País em 1.º de abril de 1964.

Para finalizar, os jornais de hoje noticiam que, nesses últimos 40 dias, do dia 5 de julho a 15 de agosto, a carne subiu Cr\$ 1,10 por dia. A carne de segunda, em 40 dias, subiu mais que 100% e a de primeira, mais de 50%.

É o custo de vida galopante, é a fome, é o desespero no lar de todos os brasileiros. É isto que faz com que surjam movimentos grevistas. É este problema que o Governo tem a responsabilidade de resolver, dividindo a riqueza, tirando-a dos que ganham muito e dando um pouco para aqueles que realmente controem a grandeza do País: os assalariados brasileiros.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em dias da semana finda, recebi uma denúncia que reputo da maior gravidade; e, ao mesmo tempo, um apelo de profundo sentido humano e social, contra o que foi denunciado. Referem-se à indústria dos procuradores, que recebem dos serviços de previdência, público e privado, e em vários setores dos serviços públicos, proventos e pensões dos incapacitados que, por motivos óbvios, estão impedidos de comparecer aos guichês pagadores desses benefícios. Milhares desses procuradores, dessas criaturas sofredoras, apesar do amparo que lhes é dado pela Previdência, ou, diretamente, pelo Governo, estão vivendo em estado lastimável, em verdadeira miséria, porque os seus procuradores, muitas vezes pessoas íntimas da família, até mesmo filhos, recebem o seu dinheiro, dele não lhes dão conta nem assistência alguma, deixando-os na mais extrema penúria, sob total indiferença e se locupletando dos recursos financeiros que não são seus, mas sim dos aposentados e pensionistas.

Procedi a uma rápida e superficial investigação e verifiquei a procedência da denúncia e a necessidade da providência solicitada, que não cabe a mim, mas às autoridades executivas do setor, às quais me dirijo neste instante, sobretudo ao atuante Ministro da Previdência Social, ao Sr. Ministro da Fazenda e ao novo e dinâmico Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, pedindo os seus socorros para os velhos e incapacitados dependentes de proventos e pensões da Previdência oficial e privada, mandando o serviço competente de cada um, como sejam os seus serviços jurídicos e sociais, averiguar o fato e providenciar como de direito, sugerindo eu, em favor das providências que possam ser tomadas e a título de colaboração, para estudos e justificação o seguinte: a) a apresentação obrigatória e anual, pelo procurador, de sua declaração do Imposto de Renda ao órgão pagador do provento ou da pensão; b) só se permitir a internação, em estabelecimento legalizado para esse fim, quando devidamente comprovada a impossibilidade da permanência do beneficiado, no lar; c) ser privativa da instituição internadora a procuração do internado; d) exceto menor, familiar algum, seja qual for o grau de parentesco, terá direito à herança de benefício de qualquer natureza, sem a comprovação irrefutável de real assistência, por ele prestada ao seu parente segurado.

Estas e outras medidas complementares, estou convencido, inclusive vindas do Ministério da Justiça, acabarão com tanta desumanidade, desonestidade e mesmo monstruosidade, que está havendo no campo de atuação dos procuradores de aposentados e pensionistas incapacitados, criando um mundo de horror ao envelhecimento, por parte dos que se vêem sem família e na perspectiva decepcionante de um futuro dependente de parentes, amigos ou conhecidos inescrupulosos, inconscientes, verdadeiros criminosos.

As pessoas de idade avançada reclamam e merecem do Governo maior cuidado e melhor atenção. É o que penso a respeito, e para eles peço das autoridades competentes, terminando esta minha explanação.

O SR. JACKSON BARRETO (MDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira, particularmente a classe trabalhadora, assistiu perplexa no dia de ontem, à volta do santo milagreiro "São Delfim", a dirigir e orientar a política econômica do governo brasileiro. Acusado e comprovadamente responsável pelo falseamento dos dados que trouxe enormes prejuízos à classe trabalhadora no decorrer dos anos 1973/74, responsável pela política de concentração de rendas, o "mago Delfim" defendia a tese de que para acabar com a inflação, era preciso colocar todo o ônus nas costas dos assalariados brasileiros, trazendo assim fome e desespero aos trabalhadores, diante do congelamento dos seus salários e o aumento insuportável do custo de vida, dentro da linha do modelo econômico perverso, concentrador e elitista, adotado pelo autoritarismo brasileiro.

Impingiu toda sorte de sofrimento à imensa maioria do nosso povo, dentro daquela fase mais repressiva e negra da história do País, em que a censura à imprensa, a intervenção sindical, prisão e assassinato dos líderes sindicais firmaram jurisprudência na consciência brasileira, particularmente no Governo Médici.

Hoje, há enormes mudanças diante do espaço ocupado nos últimos anos pela mobilização da classe trabalhadora, da classe política